

## 8

### **Análise de dados II: Vozes de julgamento na construção de pontos de argumentação**

É a alma da palavra que define, explica, ofende ou elogia, se coloca entre o significante e o significado para dizer o que quer, dar sentimento às coisas, fazer sentido<sup>42</sup>.

Adriana Falcão (2003)

No primeiro capítulo de análise, intitulado *Vozes de julgamento*, nos dedicamos à discussão das vozes em diálogo com as avaliações de Julgamento encontradas nas redações analisadas, observando os principais discursos que permeiam os textos dos alunos.

Neste capítulo, temos como objetivo investigar as vozes de julgamento que são usadas na construção de pontos de argumentação (cf. 8.1), associando os tipos de vozes aos argumentos usados nas redações (cf. 8.1.1), assim como analisar o posicionamento dos estudantes acerca da importância da escrita para a inclusão social (cf. 8.2). Para tal, analisaremos 5 redações, conforme os procedimentos descritos na metodologia deste trabalho. Além disso, traremos os resultados finais alcançados com a análise realizada nos capítulos 7 e 8 desta Dissertação (cf. 8.3).

#### **8.1**

#### **As vozes e o julgamento na constituição dos pontos de argumentação**

Já vimos no capítulo 7 (cf. seção 7.1, p. 97) que as vozes de julgamento estão presentes nos textos dos alunos. Contudo, iremos abordar mais especificamente nesta seção as vozes de julgamento na construção dos pontos de argumentação, que são argumentos mais localizados usados para complementar o ponto de vista argumentativo. Associaremos também as vozes aos tipos de argumentos criados, conforme expostos por Breton (2003) e explicados no

---

<sup>42</sup> Disponível em: <http://www.tumblr.com/tagged/pequeno%20dicion%C3%A1rio%20de%20palavras%20ao%20vento>. Acesso em: 08 jan. 2013.

capítulo 5 (cf. subseção 5.1.1, p. 70), a partir dos discursos avaliativos usados pelos discentes. Para alcançar tal objetivo, analisaremos 4 redações com intuito de evidenciar a interseção entre as vozes, o julgamento e a argumentação<sup>43</sup>.

A redação de Patrícia (cf. Anexo, p. 192), por exemplo, se constitui como um texto perpassado por vozes de julgamento, que formam inúmeros pontos de argumentação, conforme veremos a seguir. O próprio título da redação – “O valor da educação” – já demonstra o posicionamento da autora em relação à educação, que se dá a partir de uma Apreciação positiva, tendo em vista que a estudante confere valor à educação.

**Redação 10 – “O valor da Educação”: turma B, Patrícia – 1º parágrafo.**

1º parágrafo	1	A educação está muito precária em nosso país.
	2	Aqui no Brasil poucas pessoas tiveram oportunidade de ter acesso à
	3	escola o que acontecia muito antigamente. Ela fala certamente
	4	“errada” e a forma de escrever foi porque nunca tiveram a
	5	oportunidade de ir à escola e de muito menos aprender em casa porque
	6	muitos tiveram que trabalhar. E hoje em dia as pessoas tem acesso a
	7	uma alfabetização, tem a oportunidade de ler e escrever.

A redação se inicia com o ponto de vista argumentativo da autora: “a educação está muito precária em nosso país”. Essa tese, presente na linha 1, encontra-se destacada no texto como um todo, visto que Patrícia a apresenta isoladamente. Assim, consideramos que a linha 1 não forma um parágrafo, mas ela é fundamental, pois ali é que está presente o ponto de vista central que será defendido no texto. Ao apresentar a sua tese isoladamente, isto é, sem complementá-la, podemos dizer que tal fato pode ser resultado da falta de contato da aluna com o gênero redação dissertativo-argumentativa (cf. cap. 6, p. 89). Mas, como veremos, intuitivamente, a estudante cria argumentos em outros parágrafos para defender o seu ponto de vista global, que podem (ou não) estar de acordo com a sua tese. Dizemos “intuitivamente”, uma vez que a aluna não tinha o hábito de escrever redações, conforme discutido no capítulo de metodologia (cf. cap. 6, p. 89), mas mesmo assim utilizou muitos argumentos em seu texto, conforme

<sup>43</sup> Para maiores detalhes acerca destes elementos, consultar capítulo 7 (cf. p. 97).

veremos mais abaixo, o que comprova que a argumentação é uma atividade estruturante da linguagem (cf. cap. 5, p. 69).

No primeiro parágrafo (linhas 2 e 3), Patrícia faz uma avaliação de JULGAMENTO – “aqui no Brasil poucas pessoas tiveram oportunidade de ter acesso à escola o que acontecia muito antigamente” – criando o seu primeiro ponto de argumentação. Para complementar sua ideia defendida, a aluna traz a voz da gramática tradicional (linhas 3 e 4), enfatizando a fala/escrita “errada”, o que nos remete a uma visão estigmatizada das variedades que se distanciam da norma culta. Através da variável situacional “campo”, percebemos que há nesse parágrafo, a apresentação de duas realidades sociais entendidas como diferentes: a primeira vivenciada antigamente pelos sujeitos trabalhadores, que nunca tiveram a oportunidade de ter acesso a uma escola e a segunda presenciada pelas pessoas nos dias atuais que podem frequentá-la, constituindo, assim, uma avaliação de JULGAMENTO.

Bem como o primeiro parágrafo, o segundo é construído a partir do discurso encontrado na gramática tradicional, carregado de avaliações de Julgamento. Além disso, observamos a voz do preconceito linguístico e social, conforme o excerto destacado a seguir:

**Redação 10 – “O valor da Educação”: turma B, Patrícia – 2º parágrafo.**

2º parágrafo	8	O ensino da escrita é importante porque além de você ter a
	9	necessidade de <u>saber escrever, saber falar direito</u> , você vai ser muito
	10	respeitado. <u>Falar e escrever bem é a chave principal para a pessoas</u>
	11	<u>chegar em algum lugar. Até mesmo porque você não pode falar errado</u>
	12	<u>diante de um intelectual respeitado, por exemplo. Tem até cursos</u>
	13	<u>disponíveis para falar com vários tipos de pessoa.</u>

Na linha 8, Patrícia cria mais um ponto de argumentação, destacado em azul, que é formado por uma APRECIACÃO, seguida de uma avaliação de JULGAMENTO, presente nas linhas 8, 9 e 10, evidenciada pela variável “campo”: “porque além de você ter a necessidade de saber escrever, saber falar direito, você vai ser muito respeitado”. Assim, ao justificar o seu ponto de argumentação, ela traz a voz da gramática tradicional carregada de Julgamentos.

A ênfase no item lexical “saber”, 2 ocorrências na linha 9, demonstra que o conhecimento formal, isto é, aquele adquirido na escola, é mais importante do que os saberes cotidianos, sendo esses últimos menosprezados, além de poder ser considerado como uma GRADAÇÃO de foco (reforço), já que o “saber” traz uma carga de avaliação negativa. A pessoa precisa saber falar e escrever corretamente para ser socialmente respeitada, caso contrário poderá não chegar a lugar nenhum. Há ainda a voz do preconceito linguístico e social (linhas 11, 12 e 13), pois a aluna cria duas realidades sociais excludentes: aquela vivida pelas pessoas que “falam errado” e aquela representada pelos intelectuais. Parece haver uma distinção de classes sociais que ocupam lugares opostos e que não podem se relacionar, caso não comungem os mesmos princípios, nesse caso é a formação escolar/acadêmica que rege as normas de um grupo.

A partir do uso da voz da gramática tradicional (linha 10), que vem carregada por avaliações de julgamento, Patrícia realiza a primeira fase do duplo gatilho argumentativo (cf. cap. 5, p. 70), isto é, o enquadramento do real, com intuito de mostrar o seu ponto de argumentação: o ensino da escrita é importante. Para construir a sua opinião, ela traz uma afirmação de autoridade, ou seja, a voz da gramática tradicional, que representa uma competência científica, sobretudo, porque a gramática legitima as regras convencionais de uso da escrita em língua portuguesa. Entretanto, para enquadrar o real, Patrícia estabelece um vínculo com a opinião proposta, com o objetivo de complementar o seu posicionamento. Tal vínculo é decorrente de um argumento causal, já que uma pessoa só aprenderá falar e escrever corretamente, quando passar pelo ensino formal, isto é, os cursos disponíveis no mercado (linhas 12 e 13). Em consequência da aprendizagem correta do português, o sujeito será respeitado (linha 9 e 10) e poderá conseguir “chegar em algum lugar” (linha 11).

Além disso, a aluna cria mais um ponto de argumentação nas linhas 10 e 11 – a aprendizagem correta do português proporcionará ao sujeito status social – momento em que há interseção entre a voz da gramática tradicional e a avaliação de Julgamento. Para complementar o seu ponto de argumentação, Patrícia traz a voz do preconceito linguístico (linhas 11, 12 e 13), constituindo um argumento baseado em uma opinião comum, já que o preconceito tende a se tornar um lugar comum, praticamente, uma opinião comumente aceita. Para completar o seu ponto

de argumentação, o argumento analógico de comparação é utilizado, pois a aluna compara duas classes sociais, – aquela representada pelos intelectuais e outra pelas pessoas que não sabem falar corretamente o português – chegando a colocá-las em lugares bem opostos. A última frase do segundo parágrafo (linhas 12 e 13), por exemplo, mostra o lugar atribuído a essas classes, visto que existem cursos para falar com os “vários tipos de pessoa”.

Portanto, o segundo parágrafo parece nos revelar que não estamos falando de uma mesma língua portuguesa, tamanha a ênfase dada às diferenças no modo de falar/escrever. Podemos dizer que a dificuldade de aprender a língua portuguesa se equipara a de uma língua estrangeira, já que parece não haver compreensão entre os diversos modos de falar e que existem vários cursos disponíveis no mercado (linhas 12 e 13). Tais avaliações feitas vão além do preconceito linguístico, pois como podemos observar no terceiro parágrafo, apresentado abaixo, existe uma avaliação de determinadas classes sociais.

**Redação 10 – “O valor da Educação”: turma B, Patrícia – 3º parágrafo.**

3º parágrafo	14	<u>Vejo na TV pessoas falando errado, não dizendo as palavras corretas</u>
	15	<u>por completo, puxam demais as palavras, até esquecem de acrescentar</u>
	16	<u>o “S”, o “R”, quando necessário. São pessoas que dá para ver</u>
	17	<u>claramente quem não teve acesso à escola. Por isso que muitos pais hoje</u>
	18	<u>em dia cobram dos seus filhos para ter uma boa educação. Porque sem</u>
	19	<u>educação hoje em dia, não dá. É</u> muita palavra coloquial.

O exemplo televisivo trazido pela aluna, no início do terceiro parágrafo, demonstra como ela se posiciona de forma negativa em relação às pessoas que não falam corretamente a língua portuguesa, configurando-se como uma avaliação de JULGAMENTO, a partir do uso da voz da gramática tradicional em diálogo com a do preconceito linguístico e social. Através da variável situacional “relações”, a estudante traz diferentes participantes, como: pessoas da TV e seu próprio pai. O primeiro exemplo dado por Patrícia corresponde à fala dita como “caipira”, em que os falantes puxam demais as palavras, enquanto o segundo trata de uma realidade vivenciada por muitos brasileiros que não pronunciam o “s” e o “r” no final das palavras, geralmente aqueles que não frequentaram uma escola. É

curioso que esses casos, normalmente, aparecem em novelas para retratar determinadas classes sociais que são excluídas e tidas como diferentes daquela veiculada pela mídia. Não é comum encontrarmos essa realidade em um telejornal, por exemplo.

Desse modo, encontramos mais um ponto de argumentação, presente nas linhas 16 a 19: a falta de acesso às escolas provoca dificuldades no sujeito, sendo, por isso, fundamental frequentar a escola para ter educação. O argumento pelo exemplo, que compreende os enunciados baseados em uma situação vivenciada por quem está argumentando “vejo na TV” (linha 14), constitui o vínculo, que se completa por um argumento de enquadramento do real, ligado ao testemunho. A estudante descreve o testemunho de outra pessoa (linha 14), mesmo que seja de um personagem da televisão, criando a opinião proposta, na qual deseja compartilhar com o seu leitor. Em seguida, lança mais um argumento de vínculo, agora voltado para uma causa, ou seja, os pais cobram uma boa educação para os seus filhos (linhas 17 e 18), porque sabem que sem educação não existe progresso (o progresso é causado pela boa educação).

Portanto, os discursos trazidos pela aluna no terceiro parágrafo, assim como nos outros dois, demonstram as vozes de julgamento utilizadas na construção de pontos de argumentação. Conseguimos observar que Patrícia constrói os seus pontos de argumentação com base em julgamentos, pois faz avaliações morais de comportamento humano, e traz vozes carregadas de preconceitos e estereótipos sociais. Apesar de considerar importante a fala e a escrita e de estabelecer até determinados preconceitos contra aqueles que se desviam do padrão culto, é possível perceber que a aluna se distancia daquilo que é tão desejado e esperado por ela mesma. A sua redação revela a importância da escrita para a inclusão social, mas ao mesmo tempo, mostra o seu distanciamento em relação à norma padrão, que foi por ela enfatizada no decorrer de todo o texto.

Por fim, foi possível identificar que os pontos de argumentação criados no primeiro e no terceiro parágrafos – a falta de acesso às escolas – estão intimamente relacionados com a tese defendida na linha 1 – a educação está precária em nosso país. Todavia, os dois pontos de argumentação presentes no segundo parágrafo – o ensino da escrita é importante e a aprendizagem correta do português proporcionará ao sujeito status social – estão dissonantes da ideia

central, apesar de serem os pontos que mais se aproximam do tema da proposta. Logo, parece haver falta de habilidade da aluna em relação à forma como defende a sua ideia global, o que nos leva a concluir que a não complementaridade entre o ponto de vista argumentativo e os pontos de argumentação tornam a leitura do texto mais densa. Além do mais, o uso de alguns pontos de argumentação que se aproximam da temática, que envolve, mais diretamente, a escrita e a inclusão social, nos mostra que a aluna tratou do tema proposto, mesmo que em segundo plano.

De igual modo, a redação de Tamyris (cf. Anexo, p. 189), aluna da turma B, apresenta dissonância entre o ponto de vista argumentativo e os pontos de argumentação, além de ser composta por muitos discursos que apresentam avaliações de Julgamento, conforme podemos perceber no fragmento abaixo destacado.

**Redação 7 – “O bom português”: turma B, Tamyris – 1º parágrafo.**

1º parágrafo	1	A escola tem a função de ensinar, educar, dar o respeito e exigir o
	2	respeito do próximo. <u>No Brasil, a sociedade em geral preocupa-se em</u>
	3	<u>aprender a língua estrangeira,</u> como por exemplo o inglês, que é o <u>mais</u>
	4	<u>procurado e exigido por muitas empresas,</u> sendo que, <u>a sociedade</u>
	5	<u>“esquece que” muitos não sabem nem falar o português, escrever o</u>
	6	<u>português direito e tem que “forçadamente” aprender a língua alheia.</u>

Apesar de iniciar a sua redação com a crença de que a escola “tem a função de ensinar, educar, dar o respeito e exigir o respeito do próximo” (linhas 1 e 2), como se ela tivesse a responsabilidade exclusiva pela formação do sujeito, tendo quase um papel paternalista, Tamyris não irá focar no ambiente escolar, mas no comportamento da sociedade, que é avaliada o tempo inteiro no decorrer do seu texto. Desse modo, acreditamos que a frase contida nas linhas 1 e 2 está solta no parágrafo, uma vez que não há conexão com aquilo que será discutido posteriormente.

O ponto de vista argumentativo, por outro lado, está presente explicitamente no 2º parágrafo do texto, conforme veremos mais abaixo, embora, a partir de inferências, conseguimos identificá-lo com a leitura do primeiro parágrafo: a

sociedade não valoriza aquilo que lhe pertence. Assim, encontramos o primeiro ponto de argumentação presente nas linhas 2 e 3, sendo evidenciado por vozes carregadas de JULGAMENTO. Para complementar essa visão localizada, a aluna lança mão de vozes de julgamento. A autora avalia de modo negativo o fato de que muitos brasileiros ainda nem sabem o português, momento em que constrói uma opinião baseada no preconceito linguístico e social. Há ênfase da visão homogeneizante de língua, como sendo aquela que não sofre variação. Por conseguinte, Tamyris se posiciona, de modo a evidenciar a voz da gramática tradicional, já que a mesma tende a padronizar a língua.

Logo, a primeira fase do duplo gatilho argumentativo se constrói com uma avaliação de JULGAMENTO negativo sobre a sociedade, que é representada pelos brasileiros. Para enquadrar o real, Tamyris utiliza um argumento de autoridade, isto é, o discurso empresarial: “no Brasil, a sociedade em geral preocupa-se em aprender a língua estrangeira, como por exemplo o inglês, que é o mais procurado e exigido por muitas **empresas**” (linhas 2, 3 e 4). Com intuito de estabelecer um vínculo com a opinião proposta, a autora exemplifica uma realidade que para ela atinge a sociedade: “sendo que, a sociedade “esquece” que muitos não sabem nem falar o português, escrever o português direito e tem que “forçadamente” aprender a língua alheia” (linhas 4, 5 e 6).

Portanto, o primeiro ponto de argumentação se estabelece a partir do embate entre as exigências do mercado (linha 4) e a realidade da população (linhas 5 e 6). Há, nesse caso, um enunciado que ecoa um posicionamento contrário ao ensino de língua estrangeira sem que haja antes uma boa formação da língua portuguesa, configurando, assim, uma crença social. Tal crença está associada ao JULGAMENTO, no âmbito da estima social e na esfera da capacidade, pois parece que os falantes que não sabem a sua própria língua não terão capacidade para aprender uma nova.

Conforme dito anteriormente, o segundo parágrafo mostra com mais evidência o ponto de vista argumentativo da autora – a sociedade não valoriza aquilo que lhe pertence – e se constrói a partir de uma avaliação de JULGAMENTO de valor negativo, visto que a estudante avalia o comportamento da sociedade, representada pelas pessoas, ao mesmo tempo em que traz a voz do senso comum.

**Redação 7 – “O bom português”: turma B, Tamyris – 2º parágrafo.**

2º parágrafo	7	<u>A sociedade, não dá a devida importância a língua portuguesa, a cultura</u>
	8	<u>brasileira. Estão mais preocupados com o que acontece na Europa e em</u>
	9	<u>outros continentes, do que com o seu país, a sua cidade, a sua educação.</u>

Tamyris declara, na linha 9, que a sociedade não sabe valorizar aquilo que é seu: “o país, a cidade e a educação”, constituindo uma avaliação de JULGAMENTO, que é evidenciada com base em uma opinião comum. O uso enfático do pronome possessivo “seu/sua” pode ser contrastado com o adjetivo “alheia” utilizado no final do primeiro parágrafo (linha 6). Além disso, a ênfase no pronome possessivo é aqui entendido como uma GRADAÇÃO de força, já que a aluna confere intensidade àquilo que, aparentemente, lhe pertence: “o país, a cidade e a educação”. Sendo assim, a aluna entende que o seu país e a sua cultura devem vir em primeiro lugar. Há, nesse caso, a construção de um posicionamento que ressalta o discurso dos patriotas, ou seja, daqueles que defendem e lutam pelo seu país. Não identificamos um ponto de argumentação no segundo parágrafo acima, pois acreditamos que ali está a visão geral do texto e não a localizada.

Encontramos no terceiro parágrafo um novo ponto de argumentação – criação de uma lei para “o bom brasileiro bilíngue” – que ecoa vozes de julgamento provenientes do discurso pedagógico.

**Redação 7 – “O bom português”: turma B, Tamyris – 3º parágrafo.**

3º parágrafo	10	<u>Deveria-se criar uma lei que funcionasse realmente com o seguinte</u>
	11	<u>tema: “O bom português, para o bom brasileiro bilíngue”, ou seja, aquele</u>
	12	<u>que melhor souber falar, se expressar bem no português, “ganharia”</u>
	13	<u>gratuitamente um curso de língua estrangeira de sua preferência, com o</u>
	14	<u>direito de sair, já empregado do curso. Só assim (talvez) o Brasil,</u>
	15	<u>passaria a se interessar mas no português e no que ganhariam em troca.</u>

A criação de uma lei para o “bom brasileiro bilíngue” representa uma visão compensatória de ensino de língua, já que Tamyris enfatiza a premiação de uma língua estrangeira para aqueles que saibam o “bom português”. Ao enquadrar o real com uma opinião comum, ou seja, com uma crença social de que o brasileiro

não sabe falar o português, a estudante estabelece um vínculo com a opinião proposta a partir de um argumento de causa: só ganhará um curso o brasileiro que souber “falar, se expressar bem no português”. Da mesma forma, o “bom português” se caracteriza como uma Apreciação positiva, que é seguida por um Julgamento de valor positivo “o bom brasileiro bilíngue” (linha 11). Com isso, Tamyris tenta apresentar uma solução para a problemática que vem discutindo no decorrer do texto a partir de uma concepção tradicional de linguagem, baseada no Julgamento positivo, já que a recompensa seria para aqueles que desempenharem determinado comportamento, isto é, para “aquele que melhor souber falar, se expressar bem no português”. Além disso, observamos que nas linhas 14 e 15 a aluna afirma que a recompensa poderia trazer benefícios para os brasileiros, que passariam a se interessar mais no português, o que constitui uma avaliação de Julgamento, seguida por uma opinião comum.

Podemos observar que, com exceção da primeira frase do texto, a aluna constrói os seus argumentos voltados para o seu ponto de vista geral, que diz respeito à falta de valorização do brasileiro à sua cultura e língua. Ao utilizar argumentos de autoridade, todos compostos por vozes de julgamento, Tamyris cria o seu discurso com base em fortes crenças sociais, que estão vinculadas a exemplos e comparações de fatos e de realidades sociais. Por outro lado, parece que a sua tese e os argumentos usados para sustentá-la não correspondem às exigências do tema proposto, que configurava na discussão sobre a importância da escrita para a inclusão social.

A redação da Laura (cf. Anexo, p. 190), aluna da turma A, também se distancia da temática proposta, apesar de ela apresentar alguns argumentos que se aproximam do tema, como, por exemplo, podemos encontrar na linha 3, abaixo.

**Redação 8 – “O grande problema da escrita”: turma A, Laura – 1º parágrafo.**

1º parágrafo	1	Atualmente a escrita e a fala da língua portuguesa estão em uma
	2	tremenda decadência, <b>as pessoas deixaram de lado a importância de</b>
	3	<b>saber escrever.</b> Apesar de algo fundamental e essencial a todos.

O título da redação – “O grande problema da escrita” – nos mostra que a aluna cria uma Apreciação negativa, quando destaca que a escrita apresenta

um “grande” problema, assim como ressalta uma GRADAÇÃO de força (intensidade). Todavia, na realidade, a partir da leitura do primeiro parágrafo de seu texto, observamos que de fato o problema não é com a escrita, como descrito no título, mas com os falantes da língua portuguesa. Assim, mais do que uma apreciação ao objeto em si “atualmente a escrita e a fala da língua portuguesa estão em uma tremenda decadência”, Laura cria um JULGAMENTO negativo em relação ao fato de que muitas pessoas não dão mais valor ao saber escrever “as pessoas deixaram de lado a importância de saber escrever” (linhas 2 e 3), sendo esse o seu o ponto de vista argumentativo. Como já descrito em outras redações (cf. cap. 7, seção 7.3, p. 110), o saber escrever está atrelado à norma padrão, que é a variedade prestigiada socialmente, demonstrando uma voz oriunda da gramática tradicional.

Temos, então, no primeiro parágrafo a ideia central que será desenvolvida no decorrer de toda redação através dos pontos de argumentação. O segundo parágrafo, apresentado abaixo, é a complementação do ponto de vista argumentativo da autora, que é construído a partir das vozes de julgamento.

**Redação 8 – “O grande problema da escrita”: turma A, Laura – 2º parágrafo.**

2º parágrafo	4	<u>A importância da boa escrita foi deixada de lado e a sociedade com o</u>
	5	<u>passar do tempo foi também ficando cada vez mais vulnerável, não</u>
	6	<u>dando importância a correta escrita.</u>

Nas linhas 4, 5 e 6, temos o primeiro ponto de argumentação da autora, – falta de valorização da escrita – que está intimamente relacionado com a tese apresentada no primeiro parágrafo do texto. Mais uma vez, com o uso de uma avaliação de JULGAMENTO negativo das pessoas, Laura declara que a boa escrita não está sendo valorizada. Para construir o seu ponto de argumentação, a estudante parece utilizar um testemunho vivenciado pela população brasileira, ainda que esteja atrelado a determinadas crenças sociais, baseadas em opiniões tidas como verdades (voz do senso comum): “a sociedade com o passar do tempo foi também ficando cada vez mais vulnerável, não dando importância a correta escrita”. Neste parágrafo, a aluna não utiliza o argumento de vínculo, pois não estabelece nenhum tipo de acordo com a opinião proposta. Contudo, fica evidente

que o vínculo será realizado no parágrafo seguinte, conforme podemos perceber a seguir.

**Redação 8 – “O grande problema da escrita”: turma A, Laura – 3º parágrafo.**

3º parágrafo	7	Certamente esse “problema” está prejudicando as nossas vidas, e a
	8	qualificação profissional da grande maioria, sem falar <u>nas pessoas</u>
	9	<u>ricas com ótimas condições de vida e não usam adequadamente a</u>
	10	<u>escrita (jogadores, modelos) ao contrário de muitos que as vezes</u>
	11	<u>pobres sabem escrever.</u>

Ao utilizar o pronome demonstrativo “esse” (linha 7) que faz referência a algo dito anteriormente, Laura reitera o seu ponto de argumentação, presente no segundo parágrafo, ao fazer uso de exemplos provavelmente vivenciado por “pessoas ricas (jogadores e modelos) e pessoas pobres”, aproximando-se da variável situacional “relações” presente no segundo texto motivador da proposta (depoimento do aluno). Tais exemplos, por outro lado, demonstram um posicionamento voltado para o JULGAMENTO de valor negativo, momento em que a aluna cria duas realidades opostas e contraditórias: pessoas ricas (que não sabem escrever) *versus* pessoas pobres (que sabem escrever). Por trás dessa afirmação está embutida uma voz do preconceito linguístico e, principalmente, social, criada pela presença de diferentes participantes na variável “relações”, pois parece que o poder aquisitivo de uma pessoa determina o seu modo de falar e escrever, já que pessoas economicamente menos favorecidas são rotuladas como aquelas que não dominam corretamente a fala e a escrita, enquanto as mais favorecidas economicamente desfrutam de um alto saber.

**Redação 8 – “O grande problema da escrita”: turma A, Laura – 4º parágrafo.**

4º parágrafo	12	O que fazer para resolver isso? <u>As escolas, cursos, faculdades tem de</u>
	13	<u>dar mais importância a escrita, e a sociedade cobrar muito mais de</u>
	14	<u>todos</u> que só assim esse grande problema é resolvido, e a língua
	15	portuguesa muito mais valorizada.

No quarto parágrafo do texto, apresentado anteriormente, a aluna tenta propor uma solução para toda a problemática descrita no decorrer do mesmo, pois ela enfatiza desde o título que existe um “problema” a ser combatido. Entretanto, tal “problema” não está na escrita, mas em suas falantes, que não sabem usar e nem valorizar a norma culta (JULGAMENTO). A partir de uma pergunta “o que fazer para resolver isso?”, que logo é respondida, Laura julga negativamente o comportamento das escolas, cursos, faculdades e da própria sociedade, já que parece que essas instituições não se importam tanto com a escrita, estabelecendo um novo ponto de argumentação. Além disso, a autora afirma que é necessário que a sociedade tome sérias providências para que esse “problema” seja resolvido (JULGAMENTO).

Enfim, “O grande problema da escrita” é uma redação que ressalta o ponto de vista da autora, não em termos da importância da escrita em língua portuguesa para a inclusão social, mas se constitui como uma crítica aos falantes que não dominam o seu próprio idioma. Apesar disso, a partir de inferências e da semântica do discurso, é possível identificar que o tema é abordado em segundo plano, como podemos observar nas linhas 3, 7 e 8.

Portanto, Laura cria seus argumentos voltados para vozes de julgamento, que permeiam todo o seu discurso e que, ao mesmo tempo, têm pouca relação com o tema proposto. Conseguimos observar que muitos alunos – do mesmo modo que Laura – fazem determinadas críticas sociais, que estão embasadas em fortes crenças e estereótipos, porém seus pontos de vista argumentativos e os pontos de argumentação têm pouca relação com o tema geral inicialmente pedido na proposta de produção textual.

Por fim, a produção textual de Pedro (cf. Anexo, p. 191), aluno da sala B, é um campo vasto para análise dos elementos por nós investigados, pois como veremos, constitui-se por fortes ideologias que são construídas a partir de vozes de julgamentos e que podem ser vistas como pontos de argumentação. É importante destacar que não foi fácil identificar, com clareza, o ponto de vista argumentativo do texto, pois o estudante não se posiciona de maneira assertiva, deixando dúvidas quanto a sua opinião acerca da importância da escrita para a inclusão social. Apesar de ter sido difícil identificar a ideia global presente na redação, podemos dizer que o estudante aborda o tema pedido, ainda que não tenha se posicionado

claramente. Para defender o seu ponto de vista, ele utiliza argumentos baseados em vozes de julgamento, chegando, algumas vezes, a questionar a validade da escrita.

**Redação 9 – “O mundo sem o português”: turma B, Pedro – 1º parágrafo.**

1º parágrafo	1	<u>O ensino continua o mesmo, mas são as letras que continuam mudando</u>
	2	<u>não é que as pessoas não aprendem direito a escrita e também a fala</u>
	3	<u>portuguesa e que elas se deixam influenciar pela linguagem modernas</u>
	4	<u>ou como todos dizem vocabulário de favela quase ninguém nos dias de</u>
	5	<u>hoje dizem pra você agora e pa tú, pa jente etc.</u>

O primeiro parágrafo se constrói por vários momentos de avaliação, mesclando as dimensões da APRECIACÃO e do JULGAMENTO. No início do texto há uma APRECIACÃO do ensino, em que o aluno afirma que o mesmo não mudou, ao contrário, as letras que estão mudando (linha 1). As letras, às quais o aluno se refere, podem ser àquelas palavras que sofreram alterações com o novo acordo ortográfico, as próprias gírias e/ou a linguagem coloquial. Provavelmente, a imagem da proposta pode ter contribuído para a formação do posicionamento do aluno, que está atrelada a uma visão estigmatizada e estereotipada de determinada classe social, conforme visto no capítulo 7 (cf. p. 128). Em seguida, há uma avaliação de JULGAMENTO negativo, em que o estudante se posiciona de forma contrária ao comportamento das pessoas de serem influenciadas pela “linguagem moderna”. Essa linguagem é entendida como “vocabulário da favela”, o que representa a imagem de uma classe social desprestigiada. Desse modo, há um JULGAMENTO de valor negativo, sobre determinado grupo que, geralmente, é conhecido por falar da seguinte maneira: “pa tú, pa gente”. Esse JULGAMENTO vem carregado de estigmas e traz vozes associadas ao preconceito linguístico e social, que entende o uso diferente da linguagem como não culto.

Além do mais, encontramos no primeiro parágrafo um ponto de argumentação, que está associado às vozes de julgamento. Assim, a primeira ideia localizada encontrada no texto diz respeito a um pressuposto comum, “o ensino continua o mesmo mas são as letras que continuam mudando não é que as pessoas não aprendem direito a escrita e também a fala portuguesa”. Para complementar a

opinião proposta, Pedro traz um argumento de vínculo, permeado pela avaliação de JULGAMENTO: “elas se deixam influenciar pela linguagem modernas ou como todos dizem vocabulário de favela quase ninguém nos dias de hoje dizem pra você agora e pa tú, pa jente etc” (linhas 3, 4 e 5). A partir de um exemplo de um grupo social, econômica e socialmente desfavorecido, o estudante traz uma voz associada ao preconceito social, revelando uma visão estereotipada dos moradores de comunidades (linha 4).

É interessante observar que o primeiro parágrafo se constrói com base, principalmente, na avaliação de JULGAMENTO, em que o aluno busca desaprovar o comportamento daquelas pessoas que se deixam influenciar pelo “vocabulário de favela” (linha 4). Contudo, o seu texto está bem longe daquilo que é esperado para um aluno do 3º ano do Ensino Médio, segundo as convenções (cf. cap. 5, p. 79) almejadas pelo Enem. Assim, apesar de recriminar a “linguagem moderna”, esse estudante parece estar muito mais próximo dela do que ele mesmo imagina.

**Redação 9 – “O mundo sem o português”: turma B, Pedro – 2º parágrafo.**

2º parágrafo	6	Se influencia ou não na inclusão social ai eu não sei <u>mas pessoas com</u>
	7	<u>menos estudo que param na 5 serie estão ganhando rios de dinheiro e</u>
	8	<u>pessoas que ja terminaram a faculdade estão ai trabalhando como</u>
	9	<u>entregadores de quentinha pra ganharem por mês 300 reais ai eu</u>
	10	<u>pergunto quem tem mais chance de ser aceito nesse mundão o cara que</u>
	11	<u>parou na 5 serie e é presidente de uma empresa ou o cara que terminou</u>
	12	<u>a faculdade e é entregador de quentinha?</u>

O segundo parágrafo demonstra o quanto o aluno não tem o hábito de produzir textos argumentativos, pois ele deixa claro que não sabe se a escrita influencia ou não na inclusão social (linha 6), o que evidencia que a variável “campo” pode estar relacionada com o texto 2 da proposta, já que o uso das interrogações no depoimento do aluno pode ter contribuído para tal posicionamento.

Sabemos que o gênero redação dissertativo-argumentativa exige que o candidato defenda um ponto de vista e utilize argumentos para complementá-lo

(cf. cap. 5, p. 68). Embora Pedro não se posicione de forma assertiva no segundo parágrafo, percebemos que ele tem uma opinião formada e que gostaria de compartilhá-la. Por essa razão, o aluno cria mais um ponto de argumentação baseado em vozes de julgamento, no momento em que ele atribui valor ao comportamento daqueles que têm poucos estudos e daqueles que já terminaram a faculdade. Trazendo como testemunho o caso de pessoas bem sucedidas com poucos estudos e de pessoas que estudaram muito e que viraram entregadores de quentinha, o estudante estabelece um vínculo com a opinião proposta através de exemplos vivenciados por alguns brasileiros. Além disso, a figura do entregador de quentinhas está associada a uma profissão desvalorizada, que ganha apenas R\$ 300,00 por mês, em contraponto com a imagem do presidente de uma empresa, que ganha “rios de dinheiro”. Esses dois exemplos nos remetem a uma forma de avaliação de JULGAMENTO, carregada por vozes associadas ao preconceito social.

**Redação 9 – “O mundo sem o português”: turma B, Pedro – 3º parágrafo.**

3º parágrafo	13	<u>A sociedade de hoje é muito exigente</u> <u>mas mesmo que a pessoa tenha</u>
	14	<u>dinheiro os outro vão olhar com o olho torto mesmo que ele seja bem</u>
	15	<u>sucedido a escrita e o modo da falar não vai mudar e nunca mudara.</u>

O terceiro parágrafo da redação se inicia com uma avaliação de JULGAMENTO da sociedade (linha 13), isto é, das pessoas, constituindo mais um ponto de argumentação. Tal ponto de argumentação é justificado por outra avaliação de JULGAMENTO de valor negativo: “mas mesmo que a pessoa tenha dinheiro os outro vão olhar com o olho torto mesmo que ele seja bem sucedido a escrita e o modo da falar não vai mudar e nunca mudara” (linha 13, 14 e 15). Logo, mesmo que uma pessoa tenha muito dinheiro é necessário que ela saiba falar e escrever bem, pois, caso isso não aconteça, haverá sempre uma avaliação negativa de seu comportamento inadequado: muitas pessoas irão olhá-la com “olho torto”. Tal fato nos leva a dizer que há uma voz que propaga o discurso presente na gramática tradicional.

Como dissemos anteriormente, a opinião desse aluno não é tão clara, pois ora ele afirma que a escrita é importante ora diz que não é tão importante assim.

Apesar dessa dúvida, foi possível observar, no último parágrafo, que para Pedro a escrita sempre influenciará e contribuirá para a formação da imagem do sujeito, caracterizando-se como um JULGAMENTO no âmbito da estima social, ligado à capacidade, ou seja, o quão capaz alguém é. O distanciamento do aluno em relação às convenções do gênero redação escolar contribuiu para que não conseguíssemos identificar a sua tese, pois ora ele cria um argumento, ora cria outro que não complementa o que vem defendendo. Por essa razão, acreditamos que esse texto mescla opiniões e ideias divergentes, que não estão associadas a um ponto de vista argumentativo específico. O primeiro parágrafo está voltado para o ensino e para a influência da linguagem tida como moderna na vida das pessoas, o segundo, por outro lado, trata da ascensão de sujeitos com poucos estudos e o fracasso de outros que têm formação acadêmica, o que leva o aluno a questionar a importância da escrita, e o terceiro parágrafo aborda as exigências da sociedade em relação ao uso da escrita e da fala, que são sempre consideradas importantes para o ser humano.

Conseguimos perceber com a análise das quatro redações apresentadas nesta seção que muitos alunos se distanciam da temática proposta, além de mesclarem opiniões dissonantes das teses por eles criadas. Provavelmente, a falta de contato dos estudantes com o gênero redação (cf. cap. 6, p. 89) provocou dificuldades em relação ao tratamento do mesmo. Entendemos, com isso, que o gênero deve ser tratado como uma prática social, já que o seu domínio é importante para a inserção do aluno na sociedade (cf. cap. 5, seção, 5.3, p. 78), ao mesmo tempo em que conseguimos perceber um grande paradoxo enfrentado por muitas escolas que não conseguem trabalhar com a produção de textos em sala de aula (cf. cap. 6, p. 89), vide as dificuldades enfrentadas pelos alunos deste estudo em relação à adequação da estrutura prototípica do gênero em questão.

Dedicaremos a seção 8.2, então, para a investigação do posicionamento dos participantes deste estudo sobre a escrita e a inclusão social, tema que até agora parece ter sido pouco explorado pelos alunos. Antes disso, faremos uma subseção voltada para a interseção entre as vozes de julgamento e os tipos de argumentos usados, elementos analisados na presente seção.

### 8.1.1 Interseção entre as vozes de julgamento e os tipos de argumentos

Até agora vimos que tanto os pontos de argumentação quanto os pontos de vista argumentativos são compostos por vozes carregadas de avaliações de Julgamento. Por esse motivo, chegamos a algumas considerações, que estão resumidas na figura a seguir e que correspondem à correlação entre as vozes de julgamento e os tipos de argumentos propostos por Breton (2003), mais especificamente relacionados à primeira fase do duplo gatilho argumentativo (enquadramento do real):

VOZES DE JULGAMENTO NA ARGUMENTAÇÃO		
Argumentos		Vozes
Autoridade	Competência	Voz da gramática tradicional
	Experiência	<i>Voz do eu e voz do nós</i>
	Testemunho	<i>Voz do eu e voz do nós</i>
Pressupostos Comuns	Opinião Comum	Voz do senso comum e voz do preconceito linguístico e social
	Valores Comuns	Voz do discurso pedagógico

Figura 11 – Quadro-resumo das vozes de julgamento na argumentação.

Já sabemos que todas as redações são marcadas por avaliações de Julgamento, que trazem vozes para a construção de pontos de argumentação. Apesar de termos verificado que muitos textos se afastam das convenções prototípicas do gênero redação dissertativo-argumentativa e que muitos se distanciam do tema inicialmente proposto, conseguimos observar que a argumentação esteve presente em todas as produções e que se constituía a partir de momentos fortes de avaliação. Tais avaliações revelaram os pontos de argumentação usados na construção do ponto de vista argumentativo do aluno.

Além disso, a primeira fase do duplo gatilho argumentativo, isto é, o enquadramento do real, pode ser intimamente relacionado às vozes, já que havia uma relação muito forte entre os tipos de argumentos apresentados por Breton (2003, cf. cap. 5, subseção 5.1.1, p. 70) e as vozes aqui nomeadas. Ligamos aos

**argumentos de autoridade** a voz da gramática tradicional, a voz do eu e a voz do nós. Mais especificamente, a **voz da gramática tradicional** está relacionada aos argumentos de competência, que pressupõem uma autoridade científica, na qual legitima uma dada opinião. Como vimos, o discurso presente na GT é recorrente em muitas redações aqui analisadas, porque trazem os conceitos e princípios que regem as suas normas. A **voz do eu** e a **voz do nós**, por sua vez, correspondem aos argumentos que estão baseados em experiências vivenciadas por quem está argumentando, ao mesmo tempo em que podem estar ligadas ao testemunho vivenciado por alguém. Já vimos que os estudantes trazem fatos ligados a suas experiências pessoais ou acontecimentos que testemunharam em algum momento de suas vidas.

Por outro lado, a voz do senso comum, do preconceito linguístico e social e a voz do discurso pedagógico estão atreladas aos **pressupostos comuns**, segunda categoria do enquadramento do real. Associamos a **voz do senso comum** e do **preconceito linguístico e social** aos argumentos baseados em uma opinião comum, pois são, normalmente, opiniões que se tornaram um lugar comum, isto é, uma ideia comumente aceita. A **voz do discurso pedagógico**, por sua vez, está atrelada aos argumentos baseados em valores comuns, que se referem àqueles valores que são compartilhados por uma dada comunidade, em nosso caso, a comunidade escolar.

A segunda fase do duplo gatilho também esteve presente em várias redações, porém não foi possível fazer uma associação direta entre o vínculo e o tipo de voz usado. Sendo assim, acreditamos que os argumentos de vínculo podem estar presentes nos diferentes tipos de vozes, não havendo uma correlação específica, como foi possível fazer com os argumentos de enquadramento. Tendo em vista tal realidade, apresentamos a figura, a seguir, com o intuito de exemplificar a interseção entre as vozes e os tipos de argumentos usados, tanto os de enquadramento do real quanto os de vínculo:



**Figura 12** – Associação entre os tipos de vozes e os tipos de argumentos

É possível perceber, na figura 12 acima, que os argumentos de vínculo, isto é, o analógico e o dedutivo, podem permear todos os tipos de vozes aqui descritos, ao contrário dos argumentos de enquadramento do real que estão associados a um tipo de voz específico. No entanto, como já discutido no capítulo 7 (cf. subseção 7.3.1, p. 121), as vozes estão intimamente ligadas pelos discursos que as unem, o que nos leva a dizer que os tipos de argumentos usados também são formados por outros, constituindo uma cadeia, como visto na figura 12. Assim, os argumentos de autoridade, por exemplo, são compostos por opiniões que se tornaram verdades, ao mesmo tempo em que os pressupostos comuns são ideias que mascaram uma verdade desejada por uma comunidade e/ou grupo de pessoas. Os argumentos dedutivos e analógicos, por sua vez, têm como objetivo ligar uma opinião que foi lançada na primeira fase do duplo gatilho argumentativo, complementando os discursos que os precedem. Por esse motivo, podem estar

relacionados com diferentes tipos de enunciados precedentes, ao mesmo tempo em que podem introduzir novos.

Após investigarmos os diferentes discursos avaliativos que constroem os pontos de argumentação, dedicaremos a próxima seção para a análise do posicionamento dos alunos sobre a importância da escrita para a inclusão social, levando em conta as vozes de julgamento.

## 8.2

### **Afinal de contas: o que é escrita e inclusão social na perspectiva dos alunos-participantes desta pesquisa?**

Após observarmos as vozes de julgamento que foram utilizadas na construção dos pontos de argumentação, passaremos a analisar a concepção do que seja a escrita e a inclusão social para os alunos participantes desta pesquisa. Na seção 8.1, observamos que muitos alunos tratam o tema superficialmente não deixando muitas evidências sobre a importância (ou não) da escrita para a inclusão social. Entretanto, pela semântica do discurso, podemos identificar e encontrar o posicionamento dos alunos sobre a temática em questão.

Percebemos que a escrita em muitas redações é entendida como um instrumento de poder e também como forma de status social, já que quem a detém é considerado superior àqueles que não a possuem. Desse modo, são incluídos socialmente, aqueles que dominam a escrita, sendo, portanto, a inclusão social concebida a partir do poder e do status social. Excertos de três redações apresentados abaixo foram selecionados com o intuito de exemplificar as definições obtidas durante a análise.

Na redação 10 “O valor da educação” (cf. Anexo, p. 192), Patrícia associa a escrita ao poder e também ao status social, quando afirma que o seu domínio permite que o sujeito seja respeitado, havendo, desse modo, cursos disponíveis para falar com vários “tipos de pessoa”, conforme podemos observar no excerto a seguir.

**Redação 10 – “O valor da Educação”: turma B, Patrícia – 2º parágrafo.**

<b>Escrita = poder e status social</b>	
<b>2º parágrafo</b>	O ensino da escrita é importante porque além de você ter a necessidade de saber escrever, saber falar direito, você vai ser muito respeitado. Falar e escrever bem é a chave principal para a pessoas chegar em algum lugar. Até mesmo porque você não pode falar errado diante de um intelectual respeitado, por exemplo. Tem até cursos disponíveis para falar com vários tipos de pessoa.

Patrícia nos mostra que a sociedade valoriza as pessoas que sabem falar direito, pois segundo ela, tais pessoas são respeitadas e podem chegar a diversos lugares. Além disso, a aluna afirma que essas pessoas são diferentes das demais, criando, com isso, uma distinção entre classes sociais, representadas pelos sujeitos que dominam a escrita e têm autoridade e status social e por aqueles que precisam aprender a falar corretamente para terem acesso aos “intelectuais respeitados”.

Assim, observamos que a inclusão social, muitas vezes, é entendida a partir do domínio da escrita padrão, conforme podemos observar na redação 2, “A importância da escrita” (cf. Anexo, p. 184), de Aline.

**Redação 2 – “A importância da escrita”: turma B, Aline – 4º parágrafo.**

<b>Inclusão Social = domínio da escrita</b>	
<b>4º parágrafo</b>	A maioria dos jovens de hoje em dia conseguem ter mais acesso à internet, e a grande maioria possui o MSN, o facebook, entre outras fontes de comunicação, porém, existe um grande erro dos jovens, abreviar palavras como por exemplo: você = vc. Isso prejudica muito na escrita formal do jovem. O que era para se bom (a comunicação e o exercer da escrita formal...) acaba sendo prejudicial, pois usam a escrita de forma errada, e isso pode causa um grande problema no futuro, porque na hora que forem fazer uma prova de vestibular na parte escrita não saberam usar a palavra na forma certa. Aí veram como a escrita formal, a língua portuguesa é de grande valor.

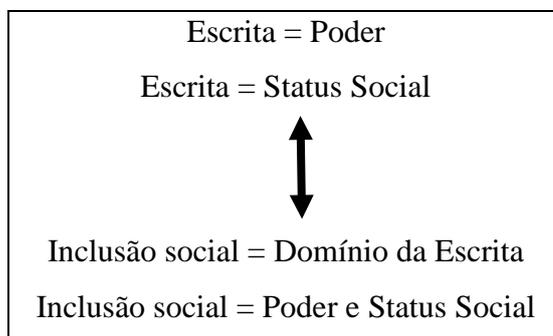
Aline, em seu texto, nos mostra que o domínio da escrita padrão é essencial para a inclusão do indivíduo na sociedade, pois conforme ela mesma retrata, muitos jovens que usam a escrita informal na internet, terão dificuldades futuramente em usar a escrita formal, quando, por exemplo, prestarão um exame de vestibular. Por esse motivo, acreditamos que a inclusão social acaba sendo, muitas vezes, encarada por alguns alunos como um instrumento de poder e de status social, como declara Tamyris, em sua redação “O bom português” (cf. Anexo, p. 189).

**Redação 7 – “O bom português”: turma B, Tamyris – 3º parágrafo.**

<b>Inclusão Social = poder e status social</b>	
<b>3º parágrafo</b>	Deveria-se criar uma lei que funcionasse realmente com o seguinte tema: “O bom português, para o bom brasileiro bilíngue”, ou seja, aquele que melhor souber falar, se expressar bem no português, “ganharia” gratuitamente um curso de língua estrangeira de sua preferência, com o direito de sair, já empregado do curso. Só assim (talvez) o Brasil, passaria a se interessar mas no português e no que ganhariam em troca.

Tamyris propõe em seu texto a criação de uma lei que funciona como uma moeda de troca, já que todos aqueles que usarem corretamente o português ganharão um curso de língua estrangeira e, em consequência, já sairão empregados do curso. Tal proposta nos remete a uma visão de inclusão social como forma de poder e de status social, pois a lei incentiva o brasileiro a falar e escrever corretamente, sendo premiados somente aqueles que se destacarem. A proposta do curso parece ser uma alternativa que evidencia o poder do país que tem a autoridade de excluir os indivíduos que não dominam a escrita formal, atribuindo, assim, uma recompensa para aqueles que tiverem um bom desempenho. Como consequência da recompensa, a aluna cria uma realidade que nos mostra a importância do status social, a partir do domínio da escrita, para a inserção do sujeito na sociedade.

Assim, obtivemos as seguintes definições quanto à escrita e à inclusão social:



**Figura 13** – Definição de escrita e inclusão social na perspectiva dos alunos

Enfim, os três textos apresentados nesta seção, bem como os demais analisados ao longo desta Dissertação, nos levaram a associar a escrita ao poder e ao status social e a definir a inclusão social a partir do domínio da escrita e também do poder e do status, já que a inserção surge como resultado das exigências estipuladas pela sociedade, que corresponde, essencialmente, ao domínio da escrita padrão.

A partir de agora, passaremos para a apresentação dos resultados das análises realizadas no capítulo 7 e 8 desta Dissertação, a fim de responder as perguntas de pesquisa propostas neste trabalho.

### **8.3** **Refletindo sobre os resultados obtidos**

Na Introdução deste estudo, propomos como objetivo principal analisar as vozes de julgamento na construção de pontos de argumentação, com a intenção de observar o posicionamento dos alunos acerca da importância da escrita para a inclusão social. A fim de atingir o objetivo proposto, investigamos 12 redações produzidas por alunos de duas turmas distintas de um colégio estadual situado no município de São Gonçalo.

Observamos que o Julgamento esteve muito presente nas redações aqui analisadas, mostrando grande evidência nas avaliações morais de comportamento humano e de condutas sociais, voltando-se, dessa forma, para a estima e a sanção

social. Por esse motivo, o quadro abaixo mostra as recorrências de Julgamento encontradas ao longo dos textos aqui investigados, evidenciando o que está sendo mais avaliado pelos escritores.

Tipo de Julgamento		O que é avaliado
Estima Social	Positivo	A leitura e a escrita
	Negativo	O brasileiro, os falantes que não falam adequadamente a língua portuguesa, o sujeito que não vai à escola, etc.
Sanção social	Positivo	–
	Negativo	Moradores de comunidades carentes, pessoas sem estudos, postura inadequada da escola, etc.

**Tabela 2** – Ocorrência das avaliações de julgamento e do que é avaliado

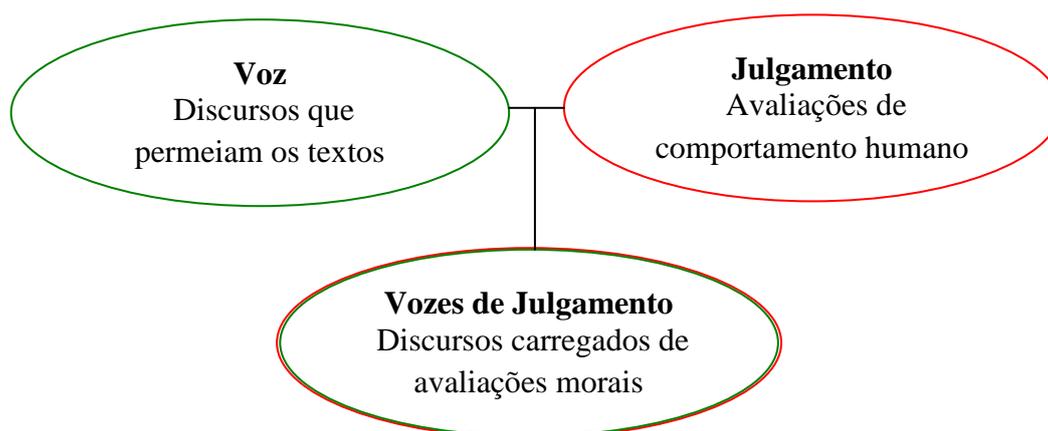
Conseguimos observar a partir da análise que o sistema do Julgamento, na subcategoria da estima social, está em sua grande maioria voltado para avaliações negativas da capacidade dos falantes por não dominar a sua própria língua. Além disso, há poucas avaliações positivas, tanto de estima quanto de sanção social, o que nos permite dizer que a recorrência de Julgamento negativo evidencia o posicionamento contrário do aluno em relação às situações por ele relatadas em seu texto. Apesar de não ter sido esse o foco da proposta encaminhada às escolas, percebemos que as avaliações gerais de comportamento da sociedade, sobrepôs ao tema “escrita e inclusão social”. No que diz respeito às avaliações de sanção social, todas de forma negativa, observamos que essas, geralmente, evidenciam punições sociais, resultado da falta de preparo do cidadão para a vida social, isto é, os sujeitos sofrem as consequências de não dominarem a língua portuguesa.

Desse modo, com intuito de responder à primeira pergunta de pesquisa desta Dissertação – *Que tipos de vozes podem ser identificados nas redações analisadas neste estudo?* – selecionamos 5 textos e realizamos um trabalho de identificação dos principais discursos encontrados nas redações. Identificamos a recorrência de

enunciados oriundos da gramática tradicional, do preconceito linguístico e social, do senso comum e do discurso pedagógico, todos eles relacionados à voz da experiência particular (*voz do eu*) em diálogo com os demais enunciados presentes na sociedade (*voz do nós*). Com isso, podemos perceber que o sistema do ENGAJAMENTO nos permitiu observar que ora os alunos se envolvem mais nos enunciados criados, ora se afastam, caracterizando, respectivamente, uma linguagem heteroglóssica – que se constitui a partir do caráter dialógico da linguagem – e monoglóssica – que se caracteriza como um enunciado de voz única. Apesar de reconhecermos que em alguns casos é possível encontrarmos a linguagem monoglóssica, acreditamos, que mesmo quando o enunciado é composto por uma única voz é também possível observarmos a influência de outros discursos, já que partimos do pressuposto de que todo discurso é ideológico por natureza.

Após identificarmos os principais discursos (vozes) encontrados nas redações, respondemos a segunda pergunta de pesquisa, – *De que forma as vozes evidenciam elementos avaliativos de Julgamento nos textos dos alunos?* – quando observamos que as vozes evidenciavam avaliações de comportamento presentes na escrita dos discentes. Assim, chegamos à conclusão de que todos os enunciados são formados por posicionamentos ideológicos, voltados para crenças sociais, sendo, por esse motivo, constituídos por elementos avaliativos de Julgamento. No momento em que o aluno traz a voz da gramática tradicional, por exemplo, ele traz também o seu posicionamento da mesma, que está atrelada a inúmeras avaliações.

Portanto, identificamos que os tipos de vozes trazidos estavam associados a avaliações morais de comportamento referentes a pessoas ou a grupo de pessoas. Levando em conta tal realidade, podemos dizer que as vozes, geralmente, são acompanhadas por avaliações morais, o que nos permitiu afirmar que não apenas olhamos para as vozes, mas, sobretudo, para as vozes de julgamento que permeiam as redações por nós estudadas, conforme a próxima figura.



**Figura 14** – Caracterizando as vozes de julgamento

A figura 14 representa uma síntese entre a voz e o Julgamento, pois entendemos, neste trabalho, que não há possibilidade de olhar para as vozes sem buscar entender as avaliações morais que estão embutidas em seus enunciados. Como a palavra é produto da relação social (Bakhtin, 2003), ela só ganha sentido em um contexto de produção, sendo, por isso, resultado de enunciados que refletem elementos avaliativos. O tempo inteiro o sujeito avalia e está sendo avaliado, seja pela sua conduta moral e/ou ética. Provavelmente essa tenha sido uma das principais causas de os alunos, na maior parte do tempo, terem avaliado o comportamento da sociedade, do país, da escola, enfim, do ser humano em sua totalidade. Isso nos levou a perceber que o tema proposto na redação ficou em segundo plano, sobressaindo, por outro lado, aqueles discursos que evidenciavam elementos avaliativos de comportamento. Além disso, a falta de conhecimento dos discentes acerca do gênero redação pode ter contribuído para tamanha ênfase nas avaliações de comportamento de determinados grupos, em detrimento do tratamento no tocante ao tema escrita e inclusão social.

Em relação à terceira pergunta de pesquisa, – *De que maneira as vozes, em diálogo com os elementos avaliativos de Julgamento, constroem os pontos de argumentação presentes nas redações investigadas?* – procuramos identificar os pontos de argumentação criados pelos alunos, observando os discursos avaliativos por eles trazidos. Com isso, pudemos perceber que os pontos de argumentação eram compostos e também complementados por vozes de julgamento, que revelavam crenças e estereótipos sociais.

Além disso, observamos que as vozes de julgamento estavam não apenas presentes nos pontos de argumentação, mas também no ponto de vista argumentativo. Tal fato nos fez comprovar a ênfase dada às vozes compostas por avaliações de comportamento, o que nos permitiu dizer que os textos aqui analisados se constituem por fortes posicionamentos ideológicos. Mais do que uma avaliação ao objeto em si, isto é, a escrita e a inclusão, os alunos avaliaram os falantes que não dominavam a escrita padrão, a sociedade que não valorizava a escrita correta, os sujeitos que se deixavam influenciar pela linguagem informal, entre outros posicionamentos. Essas opiniões construíram os pontos de argumentação dos alunos, muitas vezes em oposição à tese e à própria temática proposta.

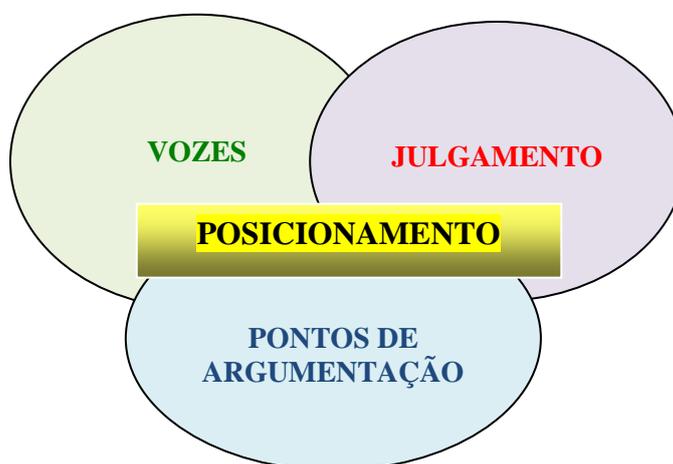
Quanto à última pergunta de pesquisa, – *Como os pontos de argumentação contribuem para a construção do ponto de vista argumentativo, no momento em que os alunos se posicionam sobre a relação entre escrita e inclusão social?* – identificamos que houve dissonância entre os pontos de argumentação e o ponto de vista argumentativo de muitos autores, ao mesmo tempo em que existia a não complementaridade entre os próprios pontos de argumentação.

Ainda no que diz respeito a não vinculação entre os pontos de argumentação e o ponto de vista argumentativo, a partir dos textos analisados, notamos que muitos alunos apresentaram falta de habilidade em lidar com a estruturação do gênero, o que pode estar associado à sua dificuldade de estabelecer conexões entre o que está sendo dito e o que já foi falado anteriormente. Tal questão traz comprometimentos sérios ao desenvolvimento de habilidades importantes para a escrita, além de ser um dos fatores que contribuem para a falta de coerência nos textos investigados. Muitos deles poderiam receber notas baixas na avaliação do Enem, seja pela fuga do tema ou por apresentarem desvios gramaticais e até mesmo falta de coesão e coerência entre os argumentos apresentados. Por isso, no capítulo 9, discutiremos, além de outras questões, algumas implicações didáticas quanto ao ensino de produção textual em sala de aula.

Já enfatizamos que o tema proposto, isto é, a importância da escrita para a inclusão social, ficou em segundo plano em muitas redações, uma vez que os discentes usaram a temática de modo a evidenciar os problemas sociais e não propriamente a importância de um para o outro. Todavia, reconhecemos que os

alunos argumentaram e criaram o seu posicionamento, ainda que não atingindo o objetivo proposto. Embora tenhamos mostrado que muitos alunos fugiram da temática, com o auxílio da semântica do discurso, encontramos o posicionamento deles acerca da escrita e da inclusão social, que está voltado para o status social, o poder e o domínio da língua padrão. Provavelmente, a dificuldade do estudante em se ater ao tema solicitado reside no fato de o gênero redação escolar ser pouco trabalhado em sala de aula (cf. cap. 6, p. 89), apesar de sabermos a sua importância na atualidade (cf. cap. 2, p. 31).

Assim, os posicionamentos dos alunos sobre a temática proposta, construídos nos pontos de argumentação, foram baseados em vozes de julgamento, como podemos identificar na figura a seguir:



**Figura 15** – Interrelação entre as vozes de julgamento como pontos de argumentação na formação do posicionamento do aluno.

Portanto, a análise realizada nos capítulos 7 e 8 desta Dissertação nos permitiu entender que todas as redações aqui investigadas são textos do tipo argumentativo, embora não estejam de acordo com os padrões esperados pelo gênero redação escolar, em termos da estrutura retórica e das normas gramaticais vigentes. Foi possível identificar ainda que os textos são compostos por inúmeros discursos avaliativos, o que reitera a visão polifônica e dialógica de linguagem defendida no capítulo 3 (cf. p. 39) deste estudo.

Além disso, defendemos desde o início deste trabalho (cf. Introdução, p. 18) que a escrita é uma das principais responsáveis pela inclusão social do indivíduo, o que nos levou a pensar acerca do ensino de língua portuguesa nas escolas.

Acreditamos que a dificuldade do aluno em construir um texto coerente, pode ter se dado pela ausência do trabalho com a escrita em sala de aula, já que, conforme dito no capítulo de metodologia (cf. p. 89), tais estudantes não tinham aulas de produção textual, sendo apenas submetidos ao ensino de gramática. Por essa razão, dedicaremos o próximo capítulo para a discussão de algumas implicações pedagógicas concernentes ao ensino de produção textual no contexto escolar, além de apresentar as principais contribuições e limitações desta pesquisa.